

AVALIAR PARA PUNIR OU PARA CONSTRUIR?

Daygles Maria Ferreira de Souza

Mestre em Ciências da Educação Superior, professora do Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima na área de Ciências Humanas, diretora de Pós-graduação e pesquisa no CEFET-RR.

Leonardo Elizeu Alves

Aluno do curso de Pós-graduação em Práticas Pedagógicas para Professores do Ensino Superior (Faculdades Cathedral – Boa Vista-RR) e professor de Língua Inglesa do curso de Secretariado Executivo da Universidade Federal de Roraima – UFRR.
E-mail: leonanne22@yahoo.es – Celular: (95) 8113-7426

RESUMO

A avaliação no processo de ensino-aprendizagem é uma ferramenta importante nas mãos de um professor, porque é através dela que o professor saberá se o aluno aprendeu algo ou não. Diante desta perspectiva, é possível saber os procedimentos avaliativos durante a aplicação de um instrumento em sala de aula. Esse artigo tem como objetivo desenvolver uma análise conceitual e teórica acerca dos elementos processuais da avaliação enquanto instrumento de verificação da aprendizagem no campo acadêmico

PALAVRAS-CHAVE

Avaliação. Educação. Ensino-aprendizagem.

ABSTRACT

The evaluation in the teaching-learning process is an important tool in the hands of a teacher, because it is through it that the teacher will know whether a student has learned something or not. According to this perspective, it is possible to know the evaluative procedures during the application of an instrument in the classroom. This paper has as objective to develop both a conceptual and a theoretical analysis about the procedural elements of assessment as an instrument of learning verification in the academic field.

KEY WORDS

Evaluation. Education. Teaching-learning.

INTRODUÇÃO

A abordagem teórica tem como objeto de investigação a avaliação da aprendizagem diante da formação acadêmica. O intento não é tratar da avaliação apenas enquanto instrumento-base de verificação da aprendizagem e de desempenho dos aprendizes, mas como elemento que faz parte e se confunde com todo o processo de ensino-aprendizagem, presente a todo instante, possibilitando respostas imediatas na construção do conhecimento que se dá dentro do próprio processo, através da interação do aluno com o objeto de estudo, e do professor como agente mediador.

A investigação tem como objetivo conceituar, sistematizar e analisar as concepções teóricas acerca do conhecimento científico-educativo, levando em consideração o processo de construção dos saberes, apreendidos ao longo da história educacional dos sujeitos presentes no cenário acadêmico.

O procedimento metodológico privilegia a análise literária de teses que contemplam processos avaliativos como formas de compreender as essências fundamentais das ações contextualizadas no mundo acadêmico. Para o desenvolvimento das análises, procede-se a um entendimento voltado aos princípios pedagógicos norteados pelo senso crítico, na concepção enveredada pelas raízes da sociologia educacional.

CONHECENDO A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem é entendida como um instrumento de verificação didático-pedagógico cuja finalidade resulta no acompanhamento da produção do conhecimento durante o processo de ensino. Diante dessa perspectiva, o educador deve mediar, numa visão holística, todos esses elementos imbricados no processo docente educativo. Tendo como base o acompanhamento através da mediação, a avaliação é peça fundamental em todos os momentos das atividades didáticas.

Faz-se necessário discutir o conceito de avaliação. Shudo (2006) afirma que, em cada conceito de avaliação, subjaz uma determinada concepção de educação e enfatiza que a escola, no contexto avaliativo, encontra-se diante de duas correntes pautadas nos modelos de sociedade: a liberal conservadora e a social democrática. Nesse sentido, há uma comparação dos modelos escolares e pedagógicos que implicam diferentes modos de avaliação:

Assim, a pedagogia, de acordo com os modelos sociais, se apresenta como conservadora da escola tradicional, prioriza a avaliação dos conteúdos livrescos; a escola novista, as relações afetivas, e a tecnicista, os meios técnicos, o fazer. A pedagogia transformadora apresenta, subjacente à sua teoria, a formação da consciência política, de uma avaliação antiautoritária. Já a pedagogia libertária traz a autogestão, e a pedagogia histórico-crítica, a compreensão da realidade, dando prioridade à educação como instrumento de transformação, de formação para a cidadania. (SHUDO, 2006: 02)

Aqui se nota uma contradição entre as escolas liberais e as sócio-críticas, sendo que as primeiras estão vinculadas a um processo avaliativo sistematizado conforme os padrões da sociedade capitalista. Já dentro de uma concepção da pedagogia sócio-crítica, o processo avaliativo está contemplado em todos os momentos da aprendizagem, pois a escola estabelece uma estreita relação com a sociedade, implicando processos de transformações da mesma.

Pilleti (2006) afirma que a avaliação é um processo contínuo de pesquisas, que estabelece uma interpretação dos conhecimentos, habilidades e atitudes dos alunos, tendo em vista modificações esperadas no desempenho, propostas nos objetivos, a fim de que haja condições de decidir sobre alternativas do planejamento do trabalho do professor e da escola como um todo.

A avaliação não é um fim, mas um meio. Ela é um meio que permite verificar até que ponto os objetivos estão sendo alcançados, identificando os alunos que necessitam de atenção individual e reformulando o trabalho com a adoção de procedimentos que possibilitem sanar as deficiências identificadas. O próprio aluno precisa perceber que a avaliação é apenas um meio. Nesse sentido o professor deve informá-lo sobre os objetivos da avaliação e analisar com ele os resultados alcançados. A avaliação, sendo um processo contínuo, não é algo que termine num determinado momento, embora possa ser estabelecido um tempo para realizá-la. (op. cit. 2006)

É provável que o meio avaliativo mais eficaz seja o da pedagogia histórica-crítica, posto que avalia o indivíduo levando-o a compreender a realidade e através dessa avaliação transformadora, torna o sujeito um agente transformador e libertador das ideologias impostas pela sociedade. Nessa perspectiva, discute-se essa avaliação no contexto do ensino superior que, de acordo com Domingues (2003:17), em seu projeto de pesquisa, enfatiza a avaliação nos documentos oficiais das instituições de ensino superior, citando algumas considerações dos Projetos Político-Pedagógicos:

Art. 5º O sistema de avaliação, parte integrante do projeto político-pedagógico de cada curso, é estabelecido pelo respectivo colegiado, antes do início do ano letivo.

Art. 5º 1º§ A forma de avaliação de cada disciplina e das atividades acadêmicas obrigatórias devem atender aos objetivos do projeto político-pedagógico do curso.

Perante essa abordagem, planejar e elaborar avaliações pensando somente em atender aos objetivos impostos por leis, e não no que o aluno pode aprender ou absolver com o conhecimento inserido nessa avaliação torna improdutivo o conhecimento a ser adquirido. Ou seja, a aprendizagem não é significativa. Desde cedo, tem-se um conceito de avaliação como algo utilizado para detectar se o indivíduo aprende alguma coisa ou não; quer dizer, um documento que mede e prova seu conhecimento. Mas, na verdade, o que é provar o conhecimento de alguém?

Em primeiro lugar, deve-se ter consciência de que a avaliação no processo ensino-aprendizagem é essencial e de extrema importância. Não de forma a punir os alunos ou de pressioná-los, mas no sentido de construir o conhecimento e fazer com que os alunos aprendam com os erros detectados na avaliação. O conceito de que se tem nesse processo é o que se pensa a respeito de notas. Os acadêmicos sentem-se pressionados porque estão muito preocupados com notas e reprovações e, às vezes, se esquecem de que o fundamental na construção do conhecimento é, na verdade, o aprendizado.

O professor, mediante sua prática, cria condições através de elementos potencializadores para intervir na aprendizagem dentro de uma concepção sócio-interacionista. Entretanto, há aqueles que dão ênfase a avaliações altamente mensuráveis que se assemelham a uma seção de interrogatório meramente burocrático e conservador. Dessa forma, ressalta-se que, agindo assim, não se levam em consideração os conhecimentos que os alunos já trazem de seus universos sociais, os quais devem ser compartilhados no meio acadêmico, permitindo que eles sejam manipulados e pensem que a nota é mais importante do que a aquisição de conhecimentos.

A forma de avaliar implica muito a questão do aprendizado dos alunos. Na formação superior, a aplicação do sistema de avaliação, em muitos casos, dá-se de forma radical ou até de forma a levar em consideração apenas a assimilação de conteúdos. Diante disso, faz-se necessária uma análise reflexiva sobre o papel da academia diante da construção de conhecimento científico, tendo em vista que a mesma se consolida através de atividades resultantes do processo de investigação

proposto como práxis social.

Para Shudo (2006) é importante dizer que o aluno deve ter oportunidade de participar da elaboração das regras, dos limites, dos critérios de avaliação, das tomadas de decisão; além de fazê-lo assumir pequenas responsabilidades. Nessa perspectiva, o ensino superior deve favorecer o compartilhamento nas discussões dos elementos avaliativos para atenuar as dificuldades encontradas no processo pedagógico, tendo em vista a elaboração de novos instrumentos avaliativos tanto no meio acadêmico como fora dele. Concretiza-se uma nova dimensão de educação como um todo.

Em conseqüência, democratiza-se o sistema avaliativo melhorando a qualidade de ensino-aprendizagem dos alunos, sabendo que a avaliação está voltada para uma educação cidadã, social, mais solidária e participativa. Com base nesses princípios dar-se-á a oportunidade aos alunos para interagirem nesse processo avaliativo. Certamente surgirão novos mestres e pensadores críticos, considerando-se que é na universidade que se tem de exercitar o poder crítico reflexivo, combatente das ideologias.

O aluno precisa aprender a expor o seu ponto de vista nas avaliações e nas aulas ministradas. Assim, o que se entende por avaliação não é uma única prova concebida como instrumento tradicional, sem conexão investigativa que vise ao processo contínuo da internalização e do aprimoramento de conhecimentos em todos os momentos da prática educativa. Ao contrário, tem-se nesse instrumento um mecanismo com a aplicação de vários instrumentos e participação dos sujeitos inseridos no contexto.

Avaliar não só implica aplicar uma prova escrita, ou uma seção de perguntas sob pressão, mas colocar o aluno em desafio constante, em um meio de interação, de provocá-lo a expor, falar e apresentar o seu ponto de vista frente ao que lhe foi apresentado e o que ele apreendeu. Avaliar é fazê-lo produzir; libertar-se das amarras da opressão social e até da educação tradicional.

Para romper as barreiras, e superar os limites, deve-se buscar fundamentos presentes nas raízes revolucionárias dos métodos qualitativos, à base da interpretação dos fenômenos e materialista dialético, quando se depara com problemas do mundo externo à sala de aula. Os educadores e educandos estão vivendo na uma era do conhecimento, em que todos os dias percebem-se contrastes e rápidas transformações. Tais mudanças precisam ser acompanhadas, assimiladas, exigindo assim a preparação dos alunos, no sentido de interagir com o mundo.

A avaliação, nesse panorama, constitui um elemento imprescindível, pois durante a aula faz-se necessário um olhar minucioso dos elementos presentes no universo social e cultural da vida dos sujeitos envolvidos. Trata-se de um procedi-

mento docente investigativo sobre as particularidades dos indivíduos e do grupo em que o avaliado está envolvido. Na medida em que ativa os processos cognitivos, o educador analisa e constrói uma descrição com princípios etnográficos para conceber a avaliação como parte da vida cultural.

Complementando esse raciocínio, Pilletti (2006:191) afirma que “A avaliação desenvolve-se nos diferentes momentos do processo ensino-aprendizagem, com objetivos distintos. No início do processo temos a avaliação diagnóstica que é utilizada para verificar conhecimentos que os alunos têm, pré-requisitos que os alunos apresentam e as particularidades dos alunos. Dessa forma, há três funções da avaliação: Diagnóstica, Controladora ou Formativa e Classificatória.

Na função Diagnóstica, faz-se um diagrama subdividindo em várias funções como a de identificar alunos com padrão aceitável de conhecimentos. Com isso, deve-se encaminhar os que não têm padrão aceitável para novas aprendizagens, além de constatar deficiências em termos de pré-requisito – para o que se deve propor atividades com vistas a superar as deficiências. Há também que identificar as particularidades – o que permite individualizar o ensino. Acredita-se ser esse tipo de avaliação ideal para ser aplicado no início de uma unidade, semestre ou ano letivo.

A função Controladora apresenta mecanismos de informação sobre o rendimento do aluno; localiza deficiências e re-planejamento. Isso seria idealmente aplicado ao longo do processo ensino-aprendizagem.

E por fim, a função Classificatória, cuja aplicação seria indicada no fim do processo de ensino-aprendizagem, por sua finalidade em classificar os alunos no final de um semestre, ano, curso ou unidade, segundo níveis de aproveitamento. (PILLETTI, 2006:192).

Embora haja vários autores abordando vários tipos funcionais da avaliação, uma pergunta surge no cotidiano – Qual é o objetivo de avaliar de fato? Qual é a função social da avaliação? Será que se quer somente punir o aluno, simplesmente testar o seu conhecimento ou o foco central dessa avaliação é o aprendizado? Diante desses questionamentos, Nickerson (1989) ressalta que a avaliação serve a muitos propósitos na educação e é conduzida em uma variedade de contextos.

Shudo (2006) analisa a avaliação para uma prática pedagógica democrática em que se deve superar o autoritarismo, o conteudismo, a punição, estabelecendo uma nova perspectiva para o processo de aprendizagem e de avaliação educacional. É muito fácil avaliar o aluno na própria visão do docente, no sentido de testar o conhecimento do aluno; mas avaliar, levando em conta o seu aprendizado, é um desafio constante, pois implica sempre criar algo novo, que motive o aluno a participar do processo de aprendizagem.

Questiona-se a eficácia do ensino superior quanto ao seu caráter de transformar a sociedade, no que se refere à cidadania e ensinar cidadãos para a inserção no mercado de trabalho, como também a tornar-se sujeito transformador da realidade. É preciso, pois, pensar em sistemas avaliativos mais justos e de caráter transformador e eficiente que não causem transtorno ao aluno; ao contrário disso, levem-no a uma reflexão do conhecimento, do aprendizado e, sobretudo, de seu desempenho numa atuação participativa.

Para que isso seja possível de acordo com Shudo (2006), cabe ao professor e à instituição de ensino superior definir o seu projeto educativo, tendo em vista um projeto coerente, claro, participativo. Além disso, estar em sintonia com os grupos envolvidos com a escola, ou seja, com a comunidade, alunos e professores. Planejar é um mecanismo avaliativo voltado para uma avaliação processual, participativa e criativa, a fim de suprir a necessidade do aluno e, conseqüentemente, da sociedade como um todo.

Quando se planeja a avaliação enquanto componente do processo educativo, é necessário compreender e interpretar o universo discente de forma existencial, pois garante ao docente uma análise reflexiva sobre o sujeito enquanto parte do seu ser. Uma avaliação que leva em consideração o educando como sujeito cognoscente tem suas bases mais consistentes para o processo de um aprendizado significativo.

O aluno aprende quando o que está sendo ensinado tem significado para ele. Se não há significado da realidade objetiva, não há internalização do conhecimento. Uma avaliação com princípios pautados na concepção da pedagogia tradicional torna impossível a agregação de conhecimentos científicos e de valores sócio-culturais em consonância com a vida do acadêmico. A necessidade de princípios éticos de avaliação contribui para a valorização e aprendizado eficiente e prazeroso. Diante dessa perspectiva, Pilletti (2006:194) ressalta alguns princípios básicos de avaliação e contradições da concepção filosófica do processo avaliativo:

Para que a avaliação adquira a importância que realmente tem no processo ensino-aprendizagem, é necessário seguir alguns princípios básicos. Um dos erros didáticos mais freqüentes é o da não-integração dos critérios e processos de avaliação na dinâmica geral do ensino. Avalia-se com um quadro de referência diferente daquele com que se ensinou. Assim, trabalhando com métodos e técnicas dinâmicas de ensino, o professor, por não contar com auxiliar ou com tempo suficiente, não faz convenientemente o controle do rendimento dos alunos e, no final (na hora do exame), oferece

questões memorísticas, em desacordo com as situações de aprendizagem que ofereceu e que visavam desenvolver pensamento reflexivo e imaginação criadora.

Os princípios básicos de avaliação visam estabelecer com clareza o que vai ser avaliado. Quando não se sabe o que se vai avaliar não é possível avaliar de maneira eficiente. Por isso, o primeiro passo consiste em estabelecer a verificação do desenvolvimento cognitivo, sócio-emocional etc. As técnicas e instrumentos são utilizados na avaliação como variedade para verificar o nível de conhecimento adquirido. Para se ter um quadro mais completo do desenvolvimento do aluno, é preciso utilizar uma série de procedimentos. Devem-se utilizar técnicas que sirvam para identificar o aluno por inteiro de forma qualitativa. Entre essas técnicas destacam-se:

Ter consciência das possibilidades e limitações das técnicas de avaliação. Muitas são as margens de erro que encontramos, não só nos próprios instrumentos de avaliação (provas, testes, etc.), como também no próprio processo (modos como os instrumentos são usados). No entanto, a principal fonte de erro, sem dúvida, é a interpretação inadequada dos resultados. Em geral, os professores atribuem aos instrumentos uma precisão que estes não possuem. Na melhor das hipóteses, nossos instrumentos e técnicas de avaliação proporcionam somente resultados aproximados, que devem, portanto, ser assim considerados. (TURRA, apud PILLETI, 2006: 195).

A avaliação é um meio para alcançar fins, e não um fim em si mesmo. O uso da avaliação implica propósito útil, significativo. É necessário que a escola, os professores e os alunos retomem com mais clareza e atenção esse princípio. Isso implica atribuir à avaliação seu verdadeiro papel, ou seja, de que deve esse processo contribuir para melhorar as decisões de natureza educacional – melhorar o ensino-aprendizagem, bem como o planejamento e o desenvolvimento curricular.

O entendimento errôneo e a desobediência a esses princípios têm sido, em grande parte, causas da frustração de alunos e professores, da insuficiência da aprendizagem escolar e, sobretudo, da falta de motivação para aprender por parte dos alunos. Tal entendimento tem ocasionado a perda do verdadeiro significado do próprio ensino-aprendizagem, como facilmente é constatável.

Seguindo esses princípios, a próxima fase seria aplicá-los de maneira eficaz distribuindo-os em etapas, que segundo Pilette (2006:196) seriam:

- determinar o que vai ser avaliado;
- estabelecer os critérios e as condições para a avaliação;
- selecionar as técnicas e instrumentos de avaliação;
- realizar a aferição dos resultados.

Tudo isso há de ser executado com muito carinho, mas também com objetividade, pensando na aprendizagem positiva do aluno, para que o processo de ensino-aprendizagem seja eficiente. E mais: uma coisa que o professor deve ter em mente é saber discernir e não confundir a diferença entre testar, medir e avaliar. Posto que, nesse sentido, avaliar é verificar as mudanças qualitativas e progressivas do aprendizado do aluno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação está contemplada em conceber através de diagnóstico o desenvolvimento cognoscitivo, valorativo e atitudinal da vida dos aprendizes acadêmicos, pois o professor, diante de toda uma preparação teórica e epistemológica possui condições necessárias para verificar o potencial das ações pertinentes às conexões culturais construídas na sala de aula e fora dela.

Nas literaturas analisadas, foi possível estabelecer um diálogo sobre as formas de avaliação e os conceitos construídos nas bases teóricas. Nesta abordagem, estabeleceu-se uma relação teórica e prática sobre as atividades pedagógica e acadêmica apresentadas, levando em consideração os princípios constituídos perante uma concepção de educação crítica e emancipadora dos atores sociais envolvidos no contexto científico. Portanto, avaliar é acompanhar, sistematizar, diagnosticar as dificuldades e os avanços do processo ensino-aprendizagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DOMINGUES, Camila. **Avaliação da Aprendizagem no Ensino Superior através da metodologia da problematização**. Projeto de Pesquisa. Londrina, 2003.

NICKERSON, Raymod S. **New Directions in Educational Assessment**. Cambridge, MA. U.S.A, 1989. [*on line*], disponível em: <<http://links.jstor.org/sici?sici=0013-189X%28198912%2918%3A9%3C3%3ANDIEA%3E2.0.CO>>

%3B2-2&size=LARGE>. Acessado 21 de dezembro 2006 às 11:15.

PILLETI, Claudino. **Didática Geral**. São Paulo: Ática, 2006 (Série Educação)

SHUDO, Regina. **Sala de Aula e Avaliação**. 2006. [*on line*], disponível em: <<http://www.educacional.com.br/articulistas/regina0001.asp>>. Acesso em 21 de dezembro 2006, às 10:50.